



URGENTE

APEOESP discute reivindicações da categoria com o Secretário da Educação

Em audiência com o Secretário Estadual da Educação, realizada nesta quarta-feira, 12 de setembro, a diretoria da APEOESP reafirmou as reivindicações da nossa categoria, obtendo os encaminhamentos a seguir.

I - Reajuste salarial: queremos 36,74% e a recomposição do reajuste prometido para 2012

O Secretário informou que se encontra em discussão na comissão salarial do governo proposta de reajuste salarial para os professores, mas não informou o índice que está em discussão.

Não abrimos mão da integralização do prometido reajuste de 10,2% em 2012, sendo que, efetivamente, os professores só receberam 5%, pois o índice restante se refere à incorporação da última parcela da GAM, definida em lei específica. Esta diferença, em valores atualizados, chega a 7,71%. Além disso, vamos continuar lutando pela reposição das nossas perdas salariais acumuladas, que necessitam de um reajuste de 36,74% para serem repostas.

II - Secretário reafirma que negociará jornada do piso na comissão paritária

Questionado sobre a possibilidade de implantação progressiva da jornada do piso na rede estadual de ensino, o Secretário da Educação reafirmou que realizará esta discussão na comissão paritária da carreira na próxima etapa de seus trabalhos, após a regulamentação da lei complementar 1143/2011.

Lembramos que, ao mesmo tempo em que estamos constantemente cobrando esta negociação, temos sentença favorável à nossa ação judicial no TJSP, ingressamos com ação no STJ (em Brasília), temos um processo no Conselho Nacional de Justiça contra a postura da 10ª Câmara de Direito Público do TJSP, sempre favorável ao governo estadual e, no Conselho

Nacional de Educação, por meio de Parecer elaborado pela Presidenta da APEOESP, Maria Izabel Azevedo Noronha, Vice-Presidenta da Câmara de Educação Básica do CNE, estamos discutindo com a CNTE, MEC, CONSED e UNDIME a implantação da jornada do piso em todo o Brasil.

Trata-se de uma luta prioritária da nossa categoria, tendo em vista a valorização dos professores, sua formação continuada no local de trabalho e a qualidade da educação e vamos conduzi-la até a vitória.

III - Escola de formação não será mais etapa dos Concursos

O Secretário da Educação informou que haverá concursos para PEB I e PEB II. Entretanto, as vagas ainda estão sendo levantadas e que, para a realização dos concursos, é necessário que seja

aprovada alteração na lei complementar nº 1094/2009, para que o curso de formação deixe de ser etapa do concurso e passe a compor o estágio probatório. Ou seja, uma vez aprovado nas provas do concurso, e cumpridas as demais exigências legais, o professor concursado assume de imediato o seu cargo. Realizará o curso de formação durante o estágio probatório e será confirmado no cargo mediante avaliação.

A nova determinação atende proposta da APEOESP, formulada à SEE desde que foi aprovada a LC 1094/2009.

IV - Atribuição de aulas e férias repartidas: secretário garante que não haverá convocações em janeiro e julho

O Secretário informou que ainda não reuniu condições para realizar o processo de atribuição de classes e aulas em dezembro, como chegou a ser aventado. Entretanto, informou que a atribuição será realizada apenas na última semana de janeiro e que emitirá resolução definindo que não haverá convocação de professores no decorrer dos meses de janeiro e julho, garantindo assim as férias de janeiro até o início da atribuição e a integralidade do mês de julho como recesso escolar.

V - Aposentadorias (descontos de licenças e faltas médicas): PGE será convocada para reunião com as entidades

Mediante solicitação da APEOESP, mais tarde reafirmada pelas demais entidades do magistério, o Secretário informou que já solicitou reunião específica ao Procurador Geral do Estado para esclarecimentos sobre a posição da PGE às entidades. A data da reunião está sendo definida.

Como já foi noticiado, a APEOESP conquistou liminar em ação judicial pelo direito dos professores readaptados à aposentadoria especial.

VI - Sexta-parte e quinquênios para os professores da categoria O: APEOESP ingressará com ação judicial

A diretoria da APEOESP apresentou ao Secretário a contradição existente sobre o direito dos professores da categoria O ao pagamento da sexta-parte e quinquênios. O artigo 129 da Constituição do Estado determina o pagamento a todos, mas o artigo 11 da LC 1093/2009 diz que esses professores recebem sempre pelo padrão inicial, o que faz com que não sejam pagos quinquênios e sexta-parte a esses profissionais.

Diante da posição da Secretária, no sentido de que nada poderia fazer para resolver esta questão, a APEOESP irá ingressar imediatamente com ação judicial para garantir estes direitos.

VII - Faltas da greve: Secretário mantém-se intransigente

A APEOESP cobrou do Secretário da Educação uma posição sobre a retirada das faltas da greve de março, mediante a reposição das aulas. Em resposta, o Secretário disse que não pretende

retirar as faltas. Entretanto, esta questão continuará figurando na nossa pauta e vamos insistir e continuar pressionando o governo para que nos assegure esse direito legítimo.

VIII - Ação judicial contra o projeto de escola de período integral do governo

Mais uma vez insistimos com o Secretário da Educação para que cumpra seu compromisso de retirar do projeto de escola de ensino médio integral a remoção ex-offício dos professores efetivos das unidades escolares onde o projeto é implantado, pois é direito do professor, concursado e que escolheu aquela unidade, ali permanecer.

Deixamos claro que não somos contrários à escola de tempo integral, que é bandeira histórica dos educadores, mas não aceitamos um projeto que retira direitos dos professores e dos próprios estudantes, que também podem ser transferidos para outras escolas se não quiserem aderir ao projeto.

Reafirmamos, ainda, que não aceitamos avaliações periódicas para que os professores possam permanecer na escola, bem como queremos melhor definição dos critérios para a escolha das escolas, pois em muitos casos a SEE tem imposto o projeto, mesmo sem o apoio da maioria absoluta da comunidade.

Neste ponto o Secretário limitou-se a informar que o projeto será ampliado também para outras escolas, além daquelas de ensino médio, passando a palavra para a assessora Valéria Souza, coordenadora do projeto. Ignorando todas as conversas anteriores e, inclusive, o compromisso assumido pelo Secretário de retirar a remoção ex-offício e também a avaliação periódica, a assessora simplesmente reafirmou o projeto tal como se encontra.

Desta forma, não restou outra alternativa à APEOESP que não a ação judicial, pois a forma de contratação que está sendo imposta é inconstitucional, além de outros direitos que estão sendo feridos. Nas próximas horas nossa entidade ingressará com esta ação no Tribunal de Justiça.

Queremos a escola de tempo integral, inclusiva e de qualidade como um avanço educacional e não como forma de retirar direitos de professores e estudantes.

DIA 28 DE SETEMBRO
24 HORAS DE BRAÇOS CRUZADOS
Você, professor(a), é peça fundamental nesta luta!
Compareça!

-> Pela Jornada do Piso
-> Contra remoção ex-offício e a redução das disciplinas no ensino médio
-> Pela dignidade na contratação e regime de trabalho dos professores da categoria "O"
-> Por reajuste salarial e reposição das perdas

ASSEMBLEIA ESTADUAL DOS PROFESSORES
14 horas - Praça da República
Com paralisação

APEOESP
SINDICATO DOS PROFESSORES DO ENSINO OFICIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO
Filial a **CEC-CUI**